



XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

Comunicação para a paz e defesa de direitos reprodutivos em tempos de pandemia

Aressa Joel Muniz
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Resumo: Este artigo busca fazer uma análise de discurso em peças de comunicação publicadas no cenário de luta pelos direitos reprodutivos. Com o intuito de verificar quais instrumentos discursivos são utilizados para a promoção de uma comunicação para a paz, buscamos entender como a comunicação pode contribuir para a criação de conteúdos que priorizem o protagonismo social e o interesse público. A hipótese da pesquisa é a de que a divulgação de conteúdos voltados ao interesse público não encontram espaço na realidade atual, o que leva à necessidade de uma nova forma de comunicar. O acompanhamento das ações e o levantamento dos dados remetem ao período de janeiro de 2020 a junho de 2020, quando a maioria dos estados decretaram estado de quarentena.

Palavras-chave: covid-19; pandemia; direitos reprodutivos; comunicação

1. Introdução:

Em 2015, foi publicada pela Organização das Nações Unidas a Agenda 2030, sucessora dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), lançados em 2000. A Agenda 2030 traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para atingi-los. Os ODS incluem estratégias para assegurar o acesso à saúde sexual e direitos reprodutivos, tema do presente projeto.

Apenas cinco anos após sua formulação, a Agenda 2030 enfrenta um novo desafio: como seus objetivos serão perseguidos no cenário de enfrentamento da Covid-19? Uma das respostas inclui o papel das comunidades e das organizações sociais, que se torna ainda mais crucial no novo cenário em busca da consecução do ODS 5.6 (“Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos”), conforme reconhecido pela própria Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020).

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (2020), evidências de surtos epidêmicos anteriores sugerem que mulheres e meninas enfrentam maiores riscos de violência por parceiro íntimo e outras formas de violência doméstica. Os impactos financeiros das epidemias também aumentam o risco de outras formas de violência baseada em gênero, como exploração e abuso sexual.

No Brasil, a pandemia de Covid-19 ainda agrava um contexto marcado por acentuadas desigualdades socioeconômicas e de gênero. Se visto pela perspectiva da comunicação, o mesmo contexto pode ser caracterizado pela existência de uma cultura desfavorável à afirmação de direitos sexuais e reprodutivos, além de, sobretudo, dificuldades no atendimento do direito à informação sobre políticas públicas de direitos reprodutivos, entraves que têm sido enfrentados por ativismos.

Dada a novidade deste cenário, as evidências científicas que auxiliem sua compreensão permanecem à espera de desenhos de pesquisa adequados. Este artigo se coloca nessa direção, ao propor a busca por conhecimento na área de comunicação em torno de questões de pesquisa relevantes, a saber: Como se caracteriza o avanço dos fluxos e contrafluxos de informação e comunicação postos em ação por ativismos sociais, como contribuição potencial ao fortalecimento da sociedade para a consecução do ODS 5.6 no cenário instalado pela Covid-19?

Este artigo se moverá em busca de contribuições à produção de respostas abrangentes a estas questões. Metodologicamente, a investigação terá como unidade de análise peças sobre

direitos reprodutivos no cenário da pandemia do Covid-19. Sua comunicação será estudada com ênfase sobre os estudos para a paz em dois níveis de atuação: pressão sistemática sobre as instituições sociais e políticas; e estímulo ao engajamento cívico.

Dessa forma, nosso objetivo geral é mapear e caracterizar os fluxos de informação e comunicação postos em movimento por ativismo social em defesa dos direitos reprodutivos, em particular nas esferas da sexualidade e da reprodução, em busca da compreensão da potencial contribuição das fontes de informação pública e dos enquadramentos simbólicos que circulam no Brasil e podem favorecer ou não a afirmação de direitos.

2. Direitos reprodutivos

Os direitos e a saúde sexual e reprodutiva são conceitos desenvolvidos recentemente e representam uma conquista histórica, fruto da luta pela cidadania e pelos direitos humanos. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, em 1994, estabeleceu acordos internacionais depois ampliados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade de Pequim em 1995. Esses dois eventos traduzem as aspirações para os marcos globais de direitos humanos e políticas públicas do século XXI (CORRÊA, JANUZZI & ALVES, 2003, p. 29).

Segundo Ruibal (2014), no início dos anos 2000, há produção de reformas que têm liberalizado, ainda que de maneira limitada, as regulações sobre aborto na Colômbia, México, Brasil, Argentina e Uruguai. Como tem sucedido em outros contextos, um fator decisivo da mudança legal nesses casos tem sido a mobilização feminista. Na Colômbia, em 2005, a Women's Link apresentou uma ação de inconstitucionalidade que levou à liberalização da lei penal sobre o aborto em três circunstâncias no ano seguinte. Em 2007, a Assembleia Legislativa da Cidade do México aprovou uma reforma que refletiu a demanda e o enquadramento desenvolvido por organizações feministas (Asamblea Legislativa del Distrito Federal, 2007), e que foi apoiada pela Suprema Corte de Justiça da Nação em 2008, depois de um processo sem precedentes de participação de atores sociais ante a Corte, no qual as organizações feministas tiveram um papel fundamental (RUIBAL, 2014).

As eleições presidenciais no Brasil têm apresentado o aborto como um tema recorrente. Como apontam Almeida e Bandeira (2013), a campanha eleitoral para Presidência em 2010 pautou-se na conduta moral dos candidatos sobre a problemática do aborto. Dilma Rousseff, que em 2007 havia declarado que considerava o aborto uma questão de saúde pública,

foi atacada por seu adversário José Serra. A pressão exercida pelas frentes religiosas culminou em uma mudança de postura da candidata, que passou também a se declarar uma defensora da vida, e na modificação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, em que ela se comprometeu a não descriminalizar o aborto (ALMEIDA; BANDEIRA, 2013; RUIBAL, 2014).

Em 2016, no Brasil, a epidemia do vírus zika evidenciou um cenário que trouxe à tona debates sobre os direitos a saúde, informação, planejamento familiar, liberdade reprodutiva, seguridade social e proteção da infância e da maternidade. Neste contexto, foi proposta a ADI 5581 (BRASIL, 2016). A ação pede, além de outros pontos, a garantia do acesso à saúde especializada para as crianças, a promoção de políticas e campanhas educativas eficazes de informação sobre prevenção e riscos do vírus, a garantia do acesso à informação em saúde sexual e reprodutiva e a métodos contraceptivos; e o pedido de que gestantes infectadas pelo vírus possam optar pela interrupção voluntária da gravidez para a proteção de sua saúde.

Ainda no ambiente político, em 2020, o Ministério da Saúde divulgou uma nota técnica (Ministério da Saúde, 2020) sobre acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva durante a pandemia. O documento não defendeu a legalização do aborto, mas referia-se que o aborto seguro na rede pública, nos casos previstos em lei, deveria ser considerado parte dos serviços essenciais e ininterruptos durante a pandemia da Covid-19. A nota técnica foi retirada do ar do site do Ministério da saúde e, em nota, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) manifestou repúdio pela retirada da nota e afirmou que o documento trata da continuidade dos serviços de assistência aos casos de violência sexual e aborto legal e do fortalecimento das ações de planejamento sexual e reprodutivo, no contexto da pandemia da Covid-19 (CNS, 2020).

De acordo com Amaral (2008), avança na América Latina a perspectiva de que é fundamental reduzir os índices de mortalidade materna e complicações em decorrência do aborto. O debate sobre aborto é um espaço de confronto onde, por um lado, coloca-se o aborto como uma infração moral e, por outro, como um exercício de autonomia reprodutiva. É nesse cenário de confronto que a afirmação de que aborto é efetivamente uma questão de saúde pública ganha força e vitalidade política. Na verdade, as poucas e seguras evidências disponíveis no cenário das pesquisas em saúde no Brasil (Monteiro, Adesse, Drezett, 2015; Souza, Fusco e Andreoni, 2014; Cecatti, 2014; Diniz, Medeiros e Madeiro, 2016), comprovam a tese de que a ilegalidade traz consequências para a saúde das mulheres, que não coíbe a prática e mantém a desigualdade social.

3. Comunicação educativa para uma nova cidadania

Segundo Aldás (2010), a comunicação do século XXI tem como características os ritmos vibrantes, constantes impactos e diversos formatos visuais. O discurso dominante se baseia na fragmentação discursiva e chama atenção para uma crise na narrativa. Essa crise acontece, segundo Aldás (2010), por conta da desconstrução do símbolo, implicando na falta de um relato continuado e na ausência de uma relação simbólica entre os públicos e os discursos. Neste sentido, nos encontramos perante o desafio de uma re-educação das competências comunicativas dos públicos. Nesse artigo, vamos entender essa re-educação na narrativa de peças de comunicação sobre direitos reprodutivos durante a pandemia do COVID-19.

O cenário comunicativo está marcado por uma racionalidade publicitária, onde um discurso sedutor e consensual coloca qualquer ideia como avaliada e verídica (ZUNZUNEGUI, 1994; 1999). Esse discurso leva o público a entender qualquer ideia como única opção da "realidade".

Aldás (2010) contrapõe esse tipo de discurso a um discurso com caráter educativo onde a expressão dos temas acontece depois de um processo de conflito e resolução com envolvimento pessoal e intelectual do receptor. Esse tipo de processo leva o público à tomada de decisões de forma consciente (ZUNZUNEGUI, 1994; CAMILO, 2006: 152).

Nesse sentido, "o desafio da comunicação educativa é mostrar as realidades que lhe preocupam, manifestar suas causas, transmitir os motivos por que considera que devem ser abordadas e fazer chegar suas propostas de mudança" (Aldás, 2010, p.114). Além disso, deve sempre adotar a emoção necessária, para que os públicos prestem atenção e incorporem mudanças no seu pensamento e na sua atitude. Tudo isso, visando aos interesses coletivos, marcados pelas necessidades públicas e globais. Dessa forma a comunicação utilizará discursos que não são neutros, mas que surgem de compromissos que promovam outros compromissos.

Segundo Aldás (2010), a comunicação educativa tem a responsabilidade de interpretar as problemáticas que aborda. Para isso, a imaginação será uma ferramenta mediadora (LEDERACH, 2005) que desperta novas atitudes e propostas, inova, toma outros caminhos, desde o conhecimento dos caminhos já percorridos. O enfoque discursivo para a mudança social se inclina à fantasia da humildade e da sinceridade. Além disso, a imaginação se aplicará às grandes transformações estratégicas e também aos pequenos detalhes.

Todo emissor necessita interpretar os dados, definir o seu discurso e organizá-lo de forma compreensível e, além disso, torná-lo eficaz para a conscientização social. Nesse senti-

do, o emissor de uma campanha educativa deverá levar em conta a competência comunicativa e as crenças e valores dos públicos para assegurar uma simetria na comunicação. Para isso, este tipo de campanha tem a responsabilidade de equilibrar os contextos de partida (os conhecimentos dos contextos de produção) e de chegada (de recepção) para que a discussão seja justa.

Todorov (1993, p.36) afirma que “os acontecimentos por si mesmos não revelam, jamais, seu sentido, os fatos não são transparentes; para que nos mostrem algo, necessitam ser interpretados”. Como consequência, é preciso contar as coisas com a responsabilidade e experiência do emissor para mostrar os aspectos da realidade que lhe preocupam. Ou seja, comunicar com comprometimento com o coletivo. Neste sentido, a comunicação educativa consiste num processo de interpretação de nossa sociedade e de nossas responsabilidades, partindo dos interesses coletivos e solidários. A comunicação para a sensibilização se aproxima da liberdade discursiva da Literatura, da Arte e do Cinema, por destacarem as potencialidades criativas de uma narrativa.

A comunicação pedagógica está delimitada por suas responsabilidades éticas e socio-culturais, de forma paralela a outros gêneros discursivos e tem como responsabilidade utilizar uma linguagem que atenda à ética dos conteúdos tratados e o compromisso com as circunstâncias que motivam sua comunicação. Dessa forma, segundo Aldás (2010), os temas sociais marcados pela vulnerabilidade de certos grupos, por exemplo, não podem ser tratados superficialmente, nem através de recurso poético, e sim considerando suas próprias particularidades.

Aldás (2010) chama atenção para a chamada teoria concentracionária que dialoga com as ideias da literatura testemunhal. Essa teoria permite refletirmos sobre a inumanidade de determinados acontecimentos históricos e como as testemunhas encontraram – ou não – formas de contar e transmitir suas experiências. Há aqui a impossibilidade de tratar frivolamente certos fatos, a necessidade de respeitar sua particularidade até o extremo e a escolha das formas discursivas que os representem e interpretem adequadamente.

A autora propõe retomar a aprendizagem sobre as possibilidades discursivas para uma educação baseada na memória, partindo da sensibilização. Dessa maneira é possível assentar novas bases discursivas para uma racionalidade comunicativa, intersubjetiva e intercultural, que persiga a transmissão de valores solidários para uma cidadania ativa. E que persiga, além disso, a recuperação da memória histórica e social para ir melhorando culturalmente e aprendendo, através das experiências e dos erros do passado. A partir desta aprendizagem, toda

comunicação que aluda ao sofrimento humano deveria ter presente as seguintes hipóteses como ponto de partida: procurar ativar a compreensão e a memória e, além disso, fazê-lo através de um discurso verídico e honesto (ALDÁS, 2010).

Este tipo de discurso exige uma elaboração retórica autêntica, sincera e verídica enquanto respeita à memória dos acontecimentos acima dos interesses puramente econômicos, artísticos ou sensacionalistas. Nesse sentido, os produtos resultantes perseguem o bem, e não simplesmente o prazer estético (TODOROV, 2000), e isso é o que define seus limites. No caso da comunicação solidária, este aspecto se traduz na ideia de que toda mensagem esteja em função da sensibilização, muito acima, da captação de fundos.

A comunicação educacional cumpre seu papel ao aproveitar determinadas possibilidades expressivas do texto, ou dos discursos audiovisuais. E com isso, aproximam da experiência àqueles que não a conhecem, que não acreditam nela, que não a compreendem. Trata-se de superar a cara asséptica e distanciada do discurso histórico-científico para personalizá-la através da humanização do relato (Aldás, 2010).

Aldás elenca os seguintes modos de planejar os discursos educativos: Em primeiro lugar, a recuperação das bases do discurso histórico, colocando a linguagem em função da compreensão das realidades. Em segundo lugar, a importância do protagonista de cada acontecimento, de selecioná-lo como a voz para a sensibilização do testemunho. E em terceiro lugar, as capacidades expressivas do discurso ajudam a transmitir a humanidade e o sentir das experiências (graças aos personagens e as variações imaginativas que intensificam a percepção dos supostos acontecimentos, através do sujeito-testemunha) (ALDÁS, 2010).

Todos esses traços podem contribuir para a eficácia das campanhas de sensibilização por associarem o rigor informativo à personalização, promovendo a identificação do receptor com os temas abordados. Nesse sentido, destaca-se a importância do sentimento no processo de compreensão das circunstâncias abordadas. Entretanto, esses sentimentos e emoções que permitem ativar a compreensão e a memória, necessitam ir mais além da pena, da compaixão ou da raiva, se realmente pretendemos que sejam eficazes para uma sensibilização estável e a longo prazo.

4. Metodologia e Resultados

O contexto que será analisado, no período de janeiro de 2020 a agosto de 2020, remete ao período no qual a maioria dos estados decretou estado de quarentena. Consideramos esse

contexto a fim de entender como diferentes peças de comunicação podem auxiliar na consecução do ODS 5.6.

A partir da bibliografia a respeito da comunicação educativa pretendemos compreender os modos de se realizar uma comunicação que engaje e não apenas informe a respeito dos direitos reprodutivos. Para isso, tomamos como unidades de análise peças de comunicação publicadas no período determinado com conteúdos envolvendo direitos reprodutivos e pandemia. Partimos da leitura inicial de 20 postagens onde as palavras-chave que orientam a seleção dos posts são: direitos reprodutivos, aborto e pandemia. A partir dessas criamos seis diferentes categorias partindo das considerações a respeito da qualidade da comunicação educativa da qual nos fala Aldás (2010):

-Compreensão: A expressão dos temas acontece depois de um processo de conflito e resolução com envolvimento pessoal e intelectual do receptor. O desafio da comunicação educativa é mostrar as realidades que lhe preocupam, manifestar suas causas, transmitir os motivos por que considera que devem ser abordadas e fazer chegar suas propostas de mudança. Para isso, tem a responsabilidade de equilibrar os contextos de partida e de chegada para que a discussão seja justa.

-Memória: Perseguir a recuperação da memória histórica e social para ir melhorando culturalmente e aprendendo, através das experiências e dos erros do passado. Além disso, o discurso recupera as bases do discurso histórico, colocando a linguagem em função da compreensão das realidades.

-Relato continuado: Presença de uma relação simbólica entre os públicos e os discursos. Relaciona-se com o desafio de uma re-educação das competências comunicativas dos públicos.

-Emoção: Adoção da emoção necessária para que os públicos prestem atenção e incorporem mudanças. A comunicação utilizará discursos que não são neutros, mas que surgem de compromissos que promovam outros compromissos. Para isso as capacidades expressivas do discurso ajudam a transmitir a humanidade e o sentir das experiências.

-Imaginação: A imaginação será uma ferramenta que desperta novas atitudes e propostas, inova, toma outros caminhos, considerando o conhecimento dos caminhos já percorridos.

-Testemunho: os temas sociais marcados pela vulnerabilidade de certos grupos não podem ser tratados superficialmente, nem através de recurso poético, e sim considerando suas

próprias particularidades. Tem-se em mente aqui a importância do protagonista de cada acontecimento, de selecioná-lo como a voz para a sensibilização do testemunho.

Na primeira etapa, as 20 peças de comunicação foram analisadas com base nessas características. Das 20 peças, 16 atendem às características de "compreensão" uma vez que demonstram, logo nos primeiros parágrafos, a manifestação de determinada causa geralmente relacionada ao aborto e saúde pública no Brasil.

Na categoria "memória", 12 publicações fizeram uso de algum tipo de contextualização histórica, colocando a luta pelos direitos reprodutivos em uma espécie de linha do tempo. A maior parte das contextualizações, no entanto, param em períodos recentes, com as últimas leis e projetos de lei sobre o assunto.

A categoria "Relato Continuado" se mostrou um desafio para 6 peças que não atenderam essas características. No entanto, mesmo as que atenderam demonstraram um relato superficial que raramente se colocava como especificamente uma forma de relato entre as peças. A maioria dessas retomava parcialmente um conteúdo anterior sem necessariamente seguir a mesma linha de pensamento ou conteúdo.

"Emoção" foi uma das características menos abordadas, aparecendo em apenas uma das publicações. Ainda há, na maioria das peças, o tom neutro e imparcial sem recorrer a nenhum tipo de artifício emocional ou que apele aos sentimentos.

Assim como "emoção" a carga imaginativa (categoria "imaginação") não se fez presente na maior parte das peças (apenas 4 delas) onde se percebe a noção de um apelo ao futuro que mostre medidas e formas para se modificar o presente e visualizar um futuro imaginado.

A categoria "testemunho" também foi pouco abordada, presente apenas em uma matéria. A maioria delas não trás a tona nenhum tipo de protagonismo humano. Na referida matéria ("Brasileiras relatam drama para realizar abortos durante a pandemia"), o texto modifica o nome da testemunha para mostrar sua jornada para conseguir o aborto após estupro. Não há, no entanto, o protagonismo da testemunha nem alguma forma de apelo à emoção.

A seguir, partiremos para a análise de uma das postagens em relação às categorias elencadas. A análise foi orientada pela busca de consecução do objetivo geral, centrando esforços na compreensão da potencial contribuição das fontes de informação que circulam no

Brasil para a afirmação de direitos, no contexto pós-pandemia e das possíveis consequências da Covid-19 para a consecução do ODS 5.6 da Agenda 2030.

A primeira peça analisada se refere a um artigo do site "Catarinas" que disserta sobre o lançamento de um informativo sobre direitos reprodutivos em tempos de pandemia. Na primeira categoria "compreensão" podemos afirmar que há a apresentação das realidades que preocupam ao trazer dados da OBG Marie Stopes International (MSI) onde se estima que, nos 37 países em que atua, as interrupções de serviços por conta da Covid-19 podem levar a mais 3 milhões de gravidezes indesejadas, 2,7 milhões de abortos inseguros a mais e 11 mil mortes adicionais relacionadas à gravidez". Além disso, a narrativa manifesta sua causa ao finalizar com o trecho "A falta de acesso ao aborto seguro, considerado um direito humano das mulheres, é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil. Em média, 200 mulheres morrem todos os anos no país e cinco mil passam por complicações extremamente graves", onde se coloca na função de transmitir os motivos por que considera que o problema deve ser abordado. No entanto, não há meios claros para se fazer chegar suas propostas de mudança.

A segunda categoria, "memória" é atendida logo no início do texto onde relembram que "28 de maio é o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e também o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna". No entanto, a contextualização histórica permanece nesse plano superficial sem necessariamente apresentar nenhum aprendizado através das experiências e dos erros do passado.

A terceira categoria, "relato continuado" se relaciona com uma re-educação das competências comunicativas do público e, nesse sentido, a publicação atende à essa indicação uma vez que produz, logo após essa publicação, uma sequência de quatro publicações tratando do mesmo assunto: "A urgência silenciada: aborto ilegal em tempos de pandemia", "Um negacionista na secretaria de ação primária à saúde do Ministério da Saúde", "Maternidade em tempos de pandemia: meninas não são mães" e "O Aborto do estado".

A publicação se mostra falha quando se trata da próxima categoria, "Emoção", no sentido de que não adota práticas discursivas que apelem para o sentimento ficando apenas no plano dos dados e informações de outras organizações além de fatos históricos. A comunicação faz uso de elementos que são neutros para criar um discurso que não demonstra neutralidade ao mesmo tempo que não ajuda a transmitir humanidade ou o sentir das experiências.

A quinta categoria, "imaginação", também não encontra espaço de atuação nessa publicação. Não há, principalmente, a exaltação de um caminho já percorrido o que não abre

espaço para um novo futuro imaginado. A publicação trabalha, principalmente, com dados e contextualiza a realidade, mas não auxilia para despertar novas atitudes ou propostas.

A última categoria, "Testemunho" também se mostra falha uma vez que não há o protagonista do acontecimento e muito menos uma voz para a sensibilização do testemunho. Há, no entanto, uma generalização do grupo vulnerável, como perceptível no trecho "Todos os anos, cerca de 22 mil mulheres e pessoas capazes de gestar morrem de abortos inseguros. Quando as mulheres têm acesso negado à contracepção e ao aborto seguro, as taxas de mortalidade materna aumentam, como apontam as evidências. Isso inclui pessoas que morrem durante o parto e que morrem porque são forçadas a procurar abortos inseguros".

5. Considerações finais

Vemos, ao longo deste artigo, a necessidade de pensar a educação de uma cidadania global em termos comunicativos. "De forma que as maneiras de ser, de se relacionar e de atuar da contracultura da solidariedade, permeiam toda sua comunicação e convidem o sistema social a compartilhá-las" (ALDÁS, 2010, p. 122).

Entendemos, a partir da perspectiva da comunicação educativa, a continuidade entre pensamento e prática: como os princípios do trabalho e a concepção da realidade determinam a elaboração das formas comunicativas e influenciam os públicos nos seus modos de pensar e agir. Nesse sentido, a lógica com que os discursos expõem a fala de solidariedade e cidadania, com suas temáticas, com suas propostas, demonstra aos públicos como se relacionar com os cenários da comunicação solidária, influenciando suas ideias e condutas.

Um ponto importante, a sensibilização, apresentou-se ligada a processos de longo prazo, envolvidos numa educação através das crenças, valores e condutas que transformem as injustiças sociais, em uma ideia de projeto que aproxime os públicos das novas temáticas e preocupações.

E para isso, revisamos uma série de características do discurso que favoreçam as necessidades de uma comunicação mais cidadã e com vista à mudança social. O objetivo deste tipo de comunicação é encontrar um equilíbrio entre um enfoque adequado que busque pela mudança de atitude e um espaço de denúncia (das causas, das situações, de seus responsáveis) e de informação.

Os discursos solidários necessitam ultrapassar os limites da comunicação e chegar ao coração e à consciência das pessoas. As características da sociedade atual – marcada por um

ritmo frenético de trabalho e a constante troca de mensagens e informações sobre acidentes, agressões e tragédias – levam o ser humano a buscar estímulos distanciados da densidade de explicações, da denúncia ou da culpabilidade.

Esse cenário apenas se intensificou no contexto atual de pandemia do novo coronavírus. O mundo passou a buscar formas de conscientizar a população acerca da gravidade desse vírus. Porém, para além dessa questão, os órgãos de saúde e a imprensa mundial estão dispondo de mais esforços para desmentir o alto número de informações falsas que vêm sendo criadas e compartilhadas na internet em diversas redes sociais.

Essa realidade pede novas formas para comunicar e abordar diversos problemas, realizar denúncias e divulgar aspectos solidários. O mundo contemporâneo precisa de fórmulas discursivas mais eficazes para evitar as consequências da desumanização da dor e do sofrimento. Dessa forma, a comunicação possui o compromisso de buscar uma forma para que a sociedade se envolva nas alternativas, que resista à apatia, à indiferença para que não perca sua consciência de cidadania.

Como vemos no material analisado, a maioria das publicações não faz uso das características propostas por uma comunicação educativa. Não é possível saber, com a análise realizada, se uma comunicação do tipo auxiliaria no desenvolvimento de uma nova forma de comunicação, mais crítica e engajada. Porém é perceptível que a maioria das publicações que seguem a maioria das características agregam muito mais informações, riqueza e interesse ao público.

A análise demonstra que a busca pelos esforços na compreensão da potencial contribuição das fontes de informação pública para a afirmação de direitos, no contexto pós-pandemia e das possíveis consequências da Covid-19 para a consecução do ODS 5.6 da Agenda 2030, poderiam se favorecer das características discursivas de uma educação comunicativa. Percebemos, no entanto, que ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de interpretar, através de múltiplas possibilidades discursivas, a realidade que se deseja e novas propostas de mudança, através da capacidade da imaginação, objetivando vincular razão aos sentimentos.

Referências bibliográficas

ALDÁS, E. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. Estudos para a paz. Vahideh R. Rabbani Jalali, organizadora. 2. Ed. Aracaju: Criação, 2010.

Bandeira, L. M.; Almeida, T.; Mara C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. Revista do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), v. 2, Universidade de Brasília, 2013, p. 35-46.

BRASIL. Nota Técnica nº 016/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. 2020. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/wp-content/uploads/2020/06/SEI_MS-0015082716-Nota-Te%CC%81cnica-6_SSSR.pdf. Acesso em 26 de jun. de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5581, Distrito Federal, 2016. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5037704>>. Acesso em: 18 abril. 2020.

CAMILO, E. Procesos de influencia o de argumentación: Anotaciones sobre la especificidad de las estrategias publicitarias de las campañas de sensibilización., en E. NOS ALDÁS y M^a J. GÁMEZ FUENTES, Medios de comunicación y solidaridad: reflexiones en torno a la (des)articulación social, Castellón: Servei de Publicacions de la Universitat Jaume I, 2006, 121-153.

CECATTI, J. G. et al. Aborto no Brasil: um enfoque demográfico. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 105-11, mar. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. CNS repudia retirada de documento técnico sobre saúde sexual e reprodutiva das mulheres durante pandemia, do site do Ministério da Saúde. Brasília, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1223-nota-cns-repudia-retirada-de-documento-tecnico-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-das-mulheres-durante-pandemia-do-site-do-ministerio-da-saude>. Acesso em 26 jun. 2020.

Corrêa S, Jannuzzi P.M., Alves J.D. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicações. UNFPA-Brasil, ABEP e IBGE. Rio de Janeiro, setembro de 2003. [acesso em 2020 Jan 23] Disponível: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/142>

DINIZ D. et al. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciênc Saúde Colet 2017; 22:653-60.

LEDERACH, J. P. The Moral of Imagination, Oxford, Oxford University Press, 2005.

MONTEIRO, MFG. et al. Atualização das estimativas da magnitude do aborto induzido, taxas por mil mulheres e razões por 100 nascimentos vivos do aborto induzido por faixa etária e grandes regiões. Brasil, 1995 a 2013. Reprod Clim 2015; 30:11-8.

RUIBAL, A. M.. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 111-138, Aug. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 07 fev 2020.

SOUZA, MG. et al. Prevalência e características sociodemográficas de mulheres com aborto provocado em uma amostra da população da Cidade de São Paulo, Brasil. *Rev Bras Epidemiol* 2014; 17:297-312.

TODOROV, T. Frente al límite, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1993.

TODOROV, T. Los abusos de la memoria, Barcelona, Paidós, 2000.

UNFPA. Unfpa Brasil. FAQ: Perguntas frequentes sobre a COVID-19. 2020. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/faq-perguntas-frequentes-sobre-covid-19>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Q&A: Self-care interventions for sexual and reproductive health and rights (SRHR) and COVID-19. New York, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-on-self-care-interventions-for-sexual-and-reproductive-health-and-rights-and-covid-19>. Acesso em: 30 mai. 2020.

ZUNZUNEGUI DÍEZ, S. Desear el deseo. Discurso publicitario e imaginario social, Valencia, Universitat de Valencia, 1994.